

CLIPPING IMPRESSO

01/04/2022



INDICE

1. FOLHA DE SÃO PAULO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2 - 4
2.2. CEMULHER.....	5 - 6
2.3. DESEMBARGADOR.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	10

Regalia descabida

É inaceitável PEC que prevê elevação de salários a cada cinco anos para juízes e promotores

Anos eleitorais despertam uma generosidade temerária no Congresso Nacional. É com esse espírito que os parlamentares ameaçam tirar do arquivo a proposta de emenda constitucional conhecida como PEC do Quinquênio.

O texto, que aumenta em 5% os vencimentos de juízes e promotores a cada cinco anos trabalhados, foi apresentado no Senado em 2013, mas desde então passou quase todo o tempo parado na Casa.

Nos últimos dias a PEC —que institui mais um privilégio para as categorias que já estão entre as mais bem remuneradas do serviço público— voltou a ser comentada e a receber emendas, num sinal de que está prestes a ser ressuscitada.

Está em debate, ademais, a extensão da benesse. A versão original da proposta implica um gasto adicional para os cofres públicos estimado em R\$ 3,6 bilhões anuais; se o quinquênio for estendido a advogados, defensores e delegados, são mais R\$ 900 milhões; se valer para todo o funcionalismo, como quer uma das emendas, a conta sobe para R\$ 10 bilhões.

Uma estratégia usual para a aprovação de farras orçamentárias desse tipo é acenar com a criação da regra mais catastrófica —para, depois de alguma negociação, definir

outra de impacto menor.

Dada a situação de penúria das contas públicas e os gastos com pessoal já excessivos do Judiciário, a PEC deveria ser rejeitada em qualquer uma de suas versões.

Daí não se segue, ressalve-se, que não existam problemas a resolver em certas carreiras do serviço público. Um deles, que motiva a defesa dos quinquênios, é que a diferença entre os salários iniciais e finais se estreitou em demasia, o que pode tornar-se um óbice à retenção dos melhores profissionais.

Embora os salários pagos pelo setor público sejam, na média, maiores que os da iniciativa privada, a relação não vale indistintamente para todas as carreiras. Um advogado que chegue à condição de sócio nos melhores escritórios do país, por exemplo, em geral terá ganhos superiores ao teto da administração (R\$ 39.293,32 mensais).

Pondere-se, entretanto, que o Estado oferece a vantagem da estabilidade no emprego; no Judiciário, em particular, magistrados desfrutam, na prática, de vencimentos superiores ao teto, além das férias de 60 dias.

De todo modo, trata-se de questão a ser resolvida em uma reforma administrativa, não por meio de um trem da alegria oportunista.

TJMA realizou mais de 200 mil videoconferências em um ano

O Poder Judiciário do Maranhão realizou 202.060 videoconferências no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, o que dá uma média mensal aproximada de 16.838 videoconferências no período de um ano. Apenas o Balcão Virtual foi responsável por mais

de 75 mil transmissões por vídeo no período, com média mensal de 6.303 videoconferências. Outras 126.427 videoconferências foram realizadas pelas cerca de 300 unidades do Judiciário no estado, o que dá uma média aproximada de 10.536 transmissões por mês.

TJMA realizou mais de 200 mil videoconferências em um ano

O Poder Judiciário do Maranhão realizou 202.060 videoconferências no período de março de 2021 a fevereiro de 2022, o que dá uma média mensal aproximada de 16.838 videoconferências no período de um ano. Apenas o Balcão Virtual foi responsável por mais de 75 mil transmissões por vídeo no período, com média mensal de 6.303 videoconferências. Outras 126.427 videoconferências foram realizadas pelas cerca de 300 unidades do Judiciário no estado, o que dá uma média aproximada de 10.536 transmissões por mês.

Com a adoção de medidas preventivas e a implantação do trabalho remoto, inicialmente, por meio de atos e portarias assinadas,

em março e abril de 2020, pelos desembargadores Joaquim Figueiredo e Marcelo Carvalho Silva, então presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e corregedor-geral da Justiça, respectivamente, e, desde o final de abril de 2020, pelos desembargadores Lourival Serejo (presidente do TJMA) e Paulo Velten (corregedor-geral da Justiça), em razão da pandemia mundial causada pelo SARS-CoV-2, também conhecido como novo coronavírus, e pela doença Covid-19, a videoconferência mostrou-se um meio seguro de interação nas diversas relações profissionais entre magistrados, magistradas, servidores, servidoras, operadores(as) de direito e o público em geral.

TJMA lança Repositório de Mulheres Juristas

Em respeito à Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, instituída por meio das Resoluções Nº 255/2018 e Nº 418/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Diretoria de Recursos Humanos, lança nesta terça-feira, 8 de março – Dia Internacional da Mulher – o Repositório para o cadastramento de mulheres juristas, disponível no link <https://atena.tjma.jus.br/home> e pelo menu “Programas e Ações” no Portal do Poder Judiciário – www.tjma.jus.br.

Desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJMA, o repositório é aberto ao público feminino em geral e objetiva o cadastramento de dados de mulheres juristas com expertise nas

diferentes áreas do Direito a fim de que, sempre que possível, as profissionais participem de eventos e ações institucionais do Judiciário estadual.

Para realizar o cadastro, as mulheres devem acessar o sistema denominado “Atena” e cadastrar informações sobre a área de atuação científica, artigos ou obras publicados, grupos de pesquisa, bancas de concurso, entre outras atividades curriculares.

De acordo com a diretora de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, Danielle Mesquita, a ferramenta vai permitir ao Judiciário ampliar a participação de mulheres em eventos e ações institucionais, possibilitando maior participação feminina e sua visibilidade frente a sociedade e comunidade jurídica.

Dia da Mulher será marcado por passeio ciclístico na área do Itaqui-Bacanga

Um passeio de bicicleta entre o centro histórico e a área Itaqui-Bacanga irá marcar a passagem do Dia da Mulher – 8 de março, em São Luís, com a participação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras da Justiça e pessoas da comunidade. O objetivo do evento é sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre os direitos da mulher e o combate à violência doméstica, com atividades que promovam a integração entre homens e mulheres na causa.

A ação será realizada fé pelo Poder Judiciário do Maranhão, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher (Cemulher) do Tribunal de Justiça (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CG-JMA) e 2ª Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher, em parceria

institucional com a Casa da Mulher Brasileira, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), com apoio dos órgãos que integram a Rede Amiga da Mulher; Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-MA, polícias federal, militar e civil, grupos de praticantes do ciclismo e empresas privadas.

PROGRAMAÇÃO

A abertura da programação alusiva ao Dia da Mulher será realizada no dia 16 de março, às 15h, com a palestra “Com Eles e com Elas, por Eles e por Elas, a ser ministrada pela juíza Samira Heluy, nas escolas.

No dia 20 de março, acontecerá o “I Passeio Ciclístico de Combate à Violência Contra a Mulher”, durante a reabertura do Projeto “Não Morra, Maria da Penha!”, que será rea-

lizada no Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Pedro II, Centro. A concentração no dia do passeio ocorre a partir das 6h30, em frente ao Tribunal de Justiça, com largada às 7h, em direção ao espigão da Prainha do Bonfim, com percurso de 26km.

Os participantes vão levar 2kg de alimentos não perecíveis e receber a camiseta do evento, entre os dias 15 e 17 de março, na Casa da Mulher Brasileira, no bairro Jaracaty. Os inscritos têm direito à camiseta do evento, água e frutas, oferecidos pelos parceiros institucionais do evento, gratuitamente, e acompanhamento de carro de som, ao longo do percurso.



Mais 250 famílias são beneficiadas com posse de moradia na Vila Palmeira

Mais 250 famílias residentes em um dos bairros mais antigos da capital maranhense foram beneficiadas com a entrega do título de propriedade de imóvel urbano, por meio do projeto de regularização fundiária de iniciativa da Corregedoria Geral do Poder Judiciário do Maranhão (CGJ-MA). A última etapa do projeto foi realizada no domingo, 6, em solenidade realizada no Parque da Vila Palmeira, em São Luís.

A política pública de regularização da propriedade dos imóveis urbanos foi implementada pelo Núcleo de Regularização Fundiária da Corregedoria, em parceria com o Estado do Maranhão e órgãos vinculados, Prefeitura Municipal (gestão Edivaldo Holanda) e o cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de São Luís, que, juntos, legalizaram a posse da moradia a mais de mil moradores do bairro.

Participaram da solenidade de entrega o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten; o governador Flávio Dino e o vice-governador Carlos Brandão; a titular do 3º Ofício de Registro de Imóveis, Aline Michels Lorenzzetti, e os juízes Ticiany Maciel Palácio, e Douglas



Lima da Guia, coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA membro, respectivamente. Também estavam presentes o deputado federal Bira do Pindaré; os secretários estaduais Márcio Jery (Cidades e Desenvolvimento) e Chico Gonçalves (Direitos Humanos e Participação Popular), dentre outras autoridades.

SEGURANÇA

ÀS FAMÍLIAS

A entrega dos títulos trouxe tranquilidade e segurança à vida de mais de mil moradores beneficiados nessa etapa do projeto de regularização fundiária. Alguns dos que estavam presentes à solenidade manifestaram a satisfação de possuir a posse definitiva dos imóveis que ocupam, após décadas residindo no bairro, de

maneira informal.

Um dos beneficiados foi o idoso Domingos Antônio Machado, 91 anos, que estava acompanhado da filha, Elisângela Mendes Machado, disse estar satisfeito em, finalmente, possuir a propriedade do lugar onde já passou a maior parte da sua vida. "Eu moro aqui há mais de 50 anos e só agora recebi o título da minha casa.

▼ A Câmara Municipal de São Luís entregou, nesta quinta-feira (31), o Título de Cidadão Ludovicense à desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Maria Francisca Gualberto de Galiza.

▼ A homenagem foi proposta pela vereadora Karla Sarney (PSD), por meio do Decreto Legislativo 032/2021.

▼ O Título de Cidadão Ludovicense é uma das maiores honrarias da Casa Legislativa.

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Conciliação


O deputado Rildo Amaral (PP) parabenizou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela audiência pública de conciliação, realizada na segunda-feira (28), entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Tribunal de Contas do Estado para discutir soluções ao abandono da obra do Fórum de Imperatriz. Ele lembrou que a obra é alvo constante de reportagens na mídia nacional.

Decisão

O parlamentar destacou a decisão tomada na audiência: ficou acordado que o TJMA prosseguirá com o serviço até sua conclusão. “Uma grande obra que estava abandonada. No entanto, com a decisão que favorece o povo de Imperatriz, o Poder Judiciário e a Região Tocantina, foi deliberado acordo onde o Tribunal dará continuidade, agora com mais fiscalização. Com certeza, a mídia, que fez várias denúncias a respeito desse assunto, também fiscalizará”.

Solução

Rildo Amaral ressaltou que a conclusão do Fórum de Imperatriz é a solução definitiva para retirar do centro do município o aparato judicial, que já se tornou pequeno em relação à Comarca. “Com certeza, finalizaremos a obra o mais rápido possível. Viva a justiça!”.

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 21/2022 SRP Processo nº 2.575/2022		
Objeto: Registro de Preço para aquisição de materiais de limpeza e higiene; Abertura: 19/04/2022 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fone: (98) 3261-6194. São Luís/MA, 30 de março de 2022. Thiego Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.		